

REFORMA TRIBUTÁRIA

ASPECTOS GERAIS



INOVAÇÃO
E PROTAGONISMO
em ação

- *Sua presença*
- *Sua participação e envolvimento*
- *Sua experiência coletiva*





Prof. Tiago Emerson

- Contador e Professor
- Empresário Contábil
- Especialista em Contabilidade
- Vice-Presidente da Comissão do Simples Nacional CRC CE
- Membro da Comissão da Reforma Tributária CRC CE

Instagram: @contadortiagoemerson

Quais desafios a **reforma tributária** impõe aos profissionais da **contabilidade** do Brasil?

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132/2023

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 108/2024



COMPARATIVO ENTRE OS SISTEMAS TRIBUTÁRIOS

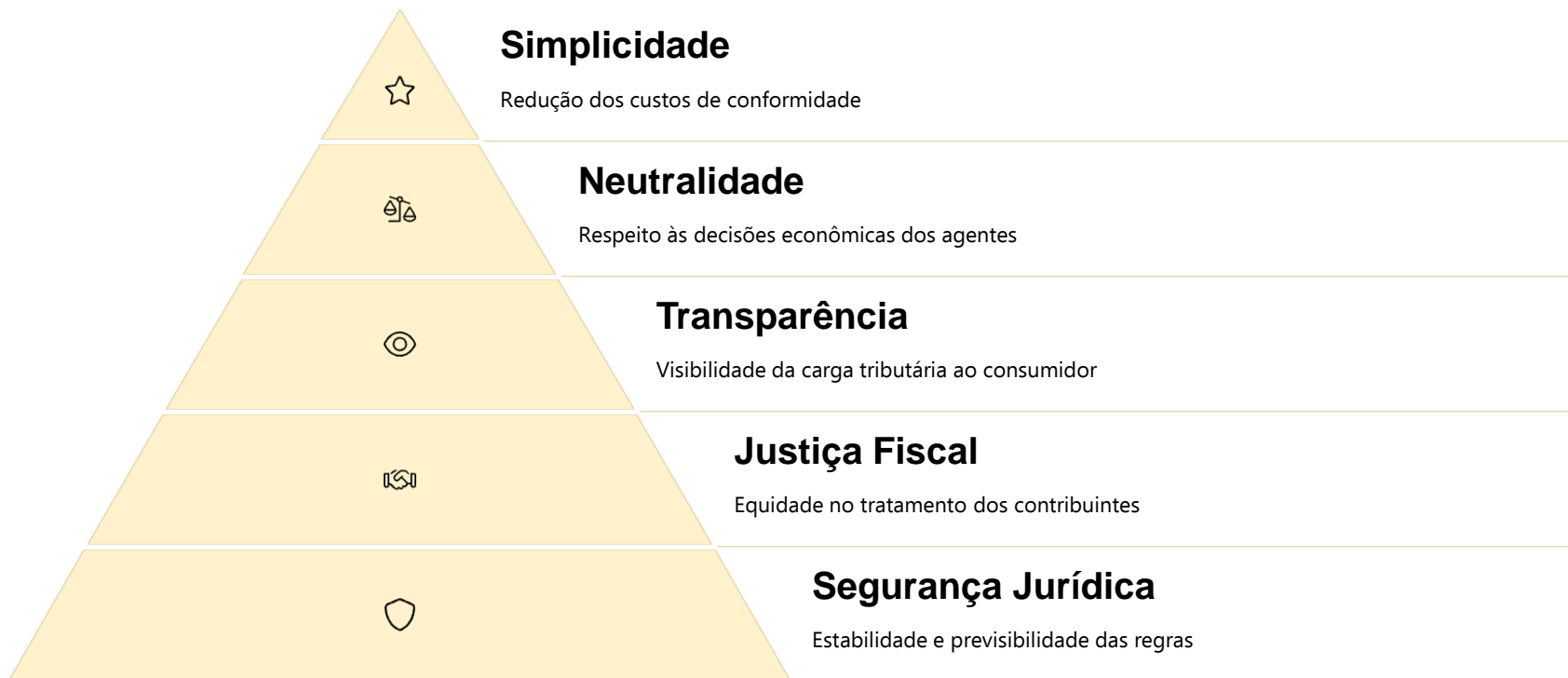
Sistema Anterior

- Multiplicidade de tributos sobre consumo (ICMS, IPI, ISS, PIS, COFINS)
- Tributação em cascata e cumulatividade
- Guerras fiscais entre estados
- Legislação fragmentada e complexa
- Altos custos de conformidade
- Litígios constantes e insegurança jurídica

Sistema Atual

- Tributos unificados (IBS e CBS substituindo quatro espécies de tributos)
- Tributação no destino e não-cumulatividade plena
- Alíquota única com exceções limitadas
- Legislação nacional uniformizada
- Simplificação das obrigações acessórias
- Maior segurança jurídica e previsibilidade

PILARES DA REFORMA TRIBUTÁRIA



LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

LIVRO I – CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÃO PRELIMINARES

ART. 1º INCISO I - INSTITUI

IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS - (IBS)



Competência Compartilhada

Substituirá o ICMS e o ISS, sendo um imposto de competência compartilhada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.



Comitê Gestor

Administrado por um Comitê Gestor formado por representantes das três esferas federativas, com atribuições de arrecadação, fiscalização e distribuição dos recursos.



Tributação no Destino

A receita pertencerá ao ente federativo onde ocorrer o consumo final, eliminando a guerra fiscal entre estados e municípios.



Não-Cumulatividade Plena

Créditos amplos de todas as aquisições, eliminando a tributação em cascata e as restrições que existiam no sistema anterior.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

ART. 1 – INCISO II - INSTITUI

CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS - (CBS)



Substitui o PIS e COFINS (Competência Federal)



Alíquota Uniforme



Não-Cumulatividade Plena



Integração com IBS

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

LIVRO I – CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÃO PRELIMINARES

Art. 2º O IBS e a CBS são informados pelo **princípio da neutralidade**, segundo o qual esses tributos devem **evitar distorcer as decisões de consumo e de organização da atividade econômica**, ressalvadas as exceções previstas na Constituição Federal e nesta Lei Complementar.



Loção embelezadora ou desodorante?



Os conselheiros analisaram se o Leite de Rosas é uma loção embelezadora ou um desodorante. No processo que chegou à 2ª Turma da 4ª Câmara da 3ª Seção do Carf, a fiscalização pretendia cobrar alíquota de 22% de IPI por entender que o produto era uma loção embelezadora com a função de limpar a pele.

A empresa, Cia. Brasileira de Produtos de Higiene e Toucador, por outro lado, utilizou a alíquota de 7% e alegou no Carf que o produto enquadra-se na categoria de desodorante corporal.

Por unanimidade, o colegiado considerou como correta a classificação como desodorante. Ao analisar o caso, os conselheiros mantiveram decisão que julgou improcedente o lançamento tributário contra a empresa.

E minha avó, por anos, passando desodorante no rosto.

Processo: 12897.000581/200968

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025
TÍTULO I
CAPÍTULO I – CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Art. 3º Para fins desta Lei Complementar, consideram-se:

I – Operações com:

- a) bens todas e quaisquer que envolvam bens móveis ou imóveis, materiais ou imateriais, inclusive direitos;
- b) serviços todas as demais que não sejam enquadradas como operações com bens nos termos da alínea “a” deste inciso

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

TÍTULO I

CAPÍTULO I – CONCEITOS FUNDAMENTAIS

II - Fornecimento

- a) **Entrega de bens materiais:** Bens corpóreos, como um livro físico.
- b) **Disponibilização de bens imateriais:** Bens incorpóreos, como um curso online ou licença de software.
- c) **Prestação de serviços:** Serviços de qualquer natureza, como pintura, jardinagem, consultoria.

Obs: A definição não exige habitualidade ou onerosidade em regra geral

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

TÍTULO I

CAPÍTULO I – CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Art. 3º Para fins desta Lei Complementar, consideram-se:

III – Fornecedor pessoa física ou jurídica que, residente ou domiciliado no País ou no exterior, realiza o fornecimento;

§ 2º Incluem-se no **conceito de fornecedor** de que trata o inciso III do caput deste artigo as **entidades sem personalidade jurídica, incluindo sociedade em comum, sociedade em conta de participação, consórcio, condomínio e fundo de investimento.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

TÍTULO I

CAPÍTULO I – CONCEITOS FUNDAMENTAIS

IV – Adquirente

- a) aquele obrigado ao pagamento ou a qualquer outra forma de contraprestação pelo fornecimento de bem ou serviço;

- b) nos casos de pagamento ou de qualquer outra forma de contraprestação por conta e ordem ou em nome de terceiros, aquele por conta de quem ou em nome de quem decorre a obrigação de pagamento ou de qualquer outra forma de contraprestação pelo fornecimento de bem ou serviço;

Obs: Conceitos cruciais para determinar o local da tributação (critério espacial) e a repartição de receitas

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

TÍTULO I

CAPÍTULO I

V – Destinatário aquele a quem for fornecido o bem ou serviço, podendo ser o próprio adquirente ou não

Obs: Conceito importante para definir as alíquotas do IBS estadual e municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

LIVRO I – CAPÍTULO II – REGRA MATRIZ DE INCIDÊNCIA

Art. 4º O IBS e a CBS incidem sobre operações onerosas com bens ou com serviços.

Definição Básica

O IBS e a CBS incidem sobre operações onerosas com bens ou serviços, ou seja, qualquer fornecimento que envolva contraprestação. As operações não onerosas serão tributadas apenas nas hipóteses expressamente previstas na Lei Complementar.

Tipos de Operações Onerosas

- Compra e venda, troca ou permuta
- Locação e licenciamento
- Cessão e mútuo oneroso
- Doação com contraprestação
- Instituição onerosa de direitos reais
- Arrendamento e prestação de serviços

Rol exemplificativo



ABRANGÊNCIA DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA

ART. 4º - § 4º

Atividades Habituais e Não Habituais

O IBS e a CBS incidem sobre qualquer operação com bem ou serviço realizada pelo contribuinte, incluindo aquelas realizadas com ativo não circulante ou no exercício de atividade econômica não habitual.

Operações com Ativos Não Circulantes

Mesmo operações envolvendo ativos não circulantes da empresa estão sujeitas à tributação, desde que caracterizadas como operações onerosas conforme definido na legislação.

Observância às Exceções

A incidência ampla está sujeita às exceções expressamente previstas na Lei Complementar, especialmente aquelas relacionadas ao § 4º do art. 57 da referida lei. (Bem de Uso Pessoal)

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

TÍTULO I

CAPÍTULO II – CRITÉRIO MATERIAL

Art. 6º O IBS e a CBS não incidem sobre:

- Fornecimento de serviços por pessoa física em decorrência de vínculo de emprego;
- Transferência entre estabelecimento do mesmo contribuinte;
- Operações societárias;
- Rendimentos financeiros;
- Operações com títulos e valores imobiliários
- Doações sem contraprestação (Doações puras)

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025
TÍTULO I
CAPÍTULO II – CRITÉRIO TEMPORAL
ART. 10º E 11º

Momento da Ocorrência do Fato Gerador

- Regra geral: no fornecimento
- Transporte: início ou término
- Serviços: conclusão
- Órgãos públicos: no pagamento
- Serviços continuados: no vencimento
- Pagamentos antecipados: proporcional às parcelas

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025
TÍTULO I
CAPÍTULO II – CRITÉRIO TEMPORAL
ART. 10º E 11º

Local da Operação

- Bens móveis: local de entrega
- Imóveis: localização do bem
- Serviços pessoais: local da prestação
- Transporte: início ou destino
- Telecomunicações: local da instalação
- Demais casos: domicílio do adquirente

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025
TÍTULO I
CAPÍTULO II – CRITÉRIO TEMPORAL
ART. 10º E 11º

Local da Operação (Regras Especiais)

- Vendas não presenciais: destino indicado
- Imóveis multimunicipais: maior área
- Múltiplos estabelecimentos: matriz
- Operações internacionais: domicílio do destinatário
- Energia e utilidades: regras específicas por tipo

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

TÍTULO I

CAPÍTULO II – BASE DE CÁLCULO

ART. 12º

Art. 12. A base de cálculo do IBS e da CBS é o valor da operação, salvo disposição em contrário prevista nesta Lei Complementar.

- Ajuste no valor do preço
- Juros, multa e outros encargos
- Desconto condicional
- Frete CIF (cobrado pelo fornecedor)
- Tributos e preços públicos
- Demais importâncias cobradas/recebidas como parte da operação

ART. 12 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025 - BASE DE CÁLCULO

Contrato (Contábeis)	10.000,00	Regime Tribut.	Lucro Presumido
Mensalidade (Venc. 10)	1.518,00	Emissão de nota fiscal por pagamento	
Mensalidade (Venc. 05)	607,20	Pg. Venc. 10	25
Desconto	910,80	Pg. Venc. 5	45
Margem de Lucro	100%	Pg. Dia 15	10
Alunos inscritos	80	IBS	17,70%
Juros e multa fixo mês	30,00 por aluno	CBS	8,80%

Valor do Serviço	Ajustes da Operação	Juros e Multas	Descontos Concedidos	Valor Nota de Serviço
R\$ 80.454,00	R\$ -	R\$ 300,00	R\$ 40.986,00	R\$ 121.740,00

BC de Cálculo Anterior		BC de Cálculo Reformulada	
Vr do Serviço	R\$ 80.454,00	Vr do Serviço	R\$ 80.454,00
Ajustes na Operação	R\$ -	Ajustes na Operação	R\$ -
Juros e Multas	R\$ -	Juros e Multas	R\$ 300,00
Descontos Condicionais	R\$ -	Descontos Condicionais	R\$ 40.986,00
Vr Total da NF	R\$ 80.454,00	Vr Total da NF	R\$ 121.740,00
Vr Iss Alíquota 5%	R\$ 4.022,70	IBS - Alíquota 17,70%	R\$ 21.547,98
Vr Pis/Cofins - 3,65%	R\$ 2.936,57	CBS - Alíquota 8,80%	R\$ 10.713,12
Custo Tributário	R\$ 6.959,27	Custo Tributário	R\$ 32.261,10

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

TÍTULO I

CAPÍTULO II – BASE DE CÁLCULO

ART. 12º

Art. 12. A base de cálculo do IBS e da CBS é o valor da operação, salvo disposição em contrário prevista nesta Lei Complementar.

§ 2º Não integram a base de cálculo do IBS e da CBS

- IBS, CBS e IPI
- Descontos incondicionais
- Reembolsos e ressarcimentos operações por conta e ordem
- ICMS, ISS, COFINS, COFINS-Importação, PIS/PASEP, CIP

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

TÍTULO I

CAPÍTULO II – SUJEIÇÃO PASSIVA

ART. 21º

Art. 21. É contribuinte do IBS e da CBS:

- Fornecedores em atividade econômica formal
- Comerciantes habituais mesmo sem formalização
- Profissionais autônomos
- Adquirentes em leilões
- Importadores

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025
TÍTULO I
CAPÍTULO II – EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
ART. 21º a 40º

Art. 27. Os débitos do IBS e da CBS decorrentes da incidência sobre operações com bens ou com serviços serão extintos mediante as seguintes modalidades.

- Pagamento pelo contribuinte
- Split payment
- Compensação com créditos
- Recolhimento pelo adquirente
- Pagamento por responsáveis

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025
TÍTULO I
CAPÍTULO II – SPLIT PAYMENT INTELIGENTE
ART. 32 - § 3

Art. 32. O procedimento padrão do split payment obedecerá ao disposto neste artigo.

Nesta modalidade, **o prestador de serviços de pagamento ou a instituição financeira** consulta o sistema do Comitê Gestor do IBS e da RFB para verificar se já houve pagamento do IBS e da CBS relativamente à operação. Somente a diferença positiva entre o montante devido e o montante já recolhido será segregada e recolhida.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025
TÍTULO I
CAPÍTULO II – SPLIT PAYMENT PADRÃO
ART. 32 - § 4

Art. 32. O procedimento padrão do split payment obedecerá ao disposto neste artigo.

Na impossibilidade de consulta ao sistema, o prestador de serviços de pagamento ou a instituição **financeira procederá à segregação e recolhimento integral do valor do IBS e da CBS destacado na nota fiscal**. Posteriormente, o Comitê Gestor e a RFB calcularão os valores efetivamente devidos, deduzindo os montantes já pagos, com a devolução de eventuais valores excedentes ao fornecedor **em até três dias úteis**

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025
TÍTULO I
CAPÍTULO II – SPLIT PAYMENT SIMPLIFICADO
ART. 33

Art. 33. O contribuinte poderá optar por procedimento simplificado do split payment para todas as operações cujo adquirente não seja contribuinte do IBS e da CBS no regime regular

Essa modalidade aplica-se a contribuintes que realizem **operações com adquirentes não sujeitos ao IBS e à CBS no regime regular**. Os valores do IBS e da CBS serão segregados e recolhidos com base **em um percentual fixo estabelecido, cabendo ao Comitê Gestor e à RFB** realizar os ajustes necessários após a apuração, em até três dias úteis. Trata-se de modalidade de adesão facultativa.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

TÍTULO I

CAPÍTULO II – SPLIT PAYMENT RECOLHIMENTO PELO ADQUIRENTE

ART. 36

Nos casos em que o pagamento ao fornecedor for realizado por meio de instrumento **que não permita a aplicação do split payment**, o adquirente, na condição de contribuinte regular do IBS e da CBS, poderá proceder ao recolhimento do tributo incidente sobre a operação.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

TÍTULO I

CAPÍTULO II – REGIMES DE APURAÇÃO - ART. 41º a 46º

Art. 41. O regime regular do IBS e da CBS compreende todas as regras de incidência e de apuração previstas nesta Lei Complementar, incluindo aquelas aplicáveis aos regimes diferenciados e aos regimes específicos.

1. Apuração consolidada por estabelecimento
2. Centralização do pagamento e ressarcimento
3. Integração de regimes diferenciados
4. Periodicidade Mensal
5. Prazo e vencimento (regulamento)
6. Compete ao Contribuinte
7. Pode ser Assistida



*“Entender a **reforma tributária** é investir no futuro, simplificar o presente e transformar **desafios em oportunidades**.”*

Prof. Tiago Emerson